

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA EM PARQUE ESTADUAL NO PARÁ: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA**

### **ENVIRONMENTAL EDUCATION APPLIED AT THE STATE PARK IN PARÁ: A CRITICAL PERSPECTIVE**

### **EDUCACIÓN AMBIENTAL APLICADA EN EL PARQUE DE ESTADO EN PARÁ: UNA PERSPECTIVA CRÍTICA**

José Bittencourt da Silva

Universidade Federal do Pará

Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará

Travessa Mauriti, Passagem Márcia Cristina, 33, Marco, Belém, Pará

E-mail: jbsilva@ufpa.br

Maria Cecília de Paula Silva

Universidade Federal do Pará

Pós-doutora em Sociologia e Antropologia na Universidade de Estrasburgo/França

Av. 7 de setembro, 1420, apto. 401, Ed. Porto Fino, Vitória, Salvador, Bahia

e-mail: celipaula@yahoo.com.br

#### **RESUMO**

Este artigo analisa o Projeto de Educação Ambiental Saneamento e Cidadania desenvolvido no Parque Estadual do Utinga pela Companhia de Saneamento do Pará. Resultante de informações bibliográficas, documentais e pesquisa de campo com viés etnográfico, o texto ressalta as características preservacionistas do Projeto, o qual ratifica a hegemonia ideológico-conceitual das análises conservadoras que dominam a EA no estado do Pará.

**Palavras-Chave:** Educação Ambiental; Parque Estadual do Utinga.

#### **ABSTRACT**

This paper analyzes the Environmental Education developed by the project called Sanitation and Citizenship developed within the Parque Estadual do Utinga by the Companhia de Saneamento do Pará. The paper is the results from bibliographic, documentary information and qualitative research strongly marked by ethnographic perception. The text shows the preservationists characteristics of the project, which ratified the hegemony of ideological and conceptual current conservative, that dominate the Environmental Education in the state of Pará.

**Keywords:** Environmental Education; Parque Estadual do Utinga.

#### **RESUMEN**

Este artículo analiza el Proyecto de Educación Ambiental Saneamiento y Ciudadanía desarrollado actualmente en el Park Utinga por la Empresa Saneamiento de Para. El texto es el resultado de informaciones bibliográficas, documentales y investigación de campo fuertemente marcada por el enfoque etnográfico. El texto destaca las características conservacionistas del proyecto analizado, lo cual ratifica la hegemonía de la tendencia ideológica y conceptual peculiar de las análisis conservadoras que dominan la EA en el estado de Pará.

**Palabras clave:** Educación Ambiental; Parque Estadual do Utinga.

## 1. INTRODUÇÃO

O debate recente acerca dos “problemas ambientais” precisa levar em consideração o modo de produção, o consumo e a racionalidade do atual estágio de desenvolvimento sócio-econômico e político-cultural capitalista. Neste contexto a institucionalização de Unidades de Conservação (UCs) associada a ações de Educação Ambiental (EA) tem sido uma alternativa prática usual na Amazônia. Esses espaços de proteção da natureza podem ser percebidos como estratégias importantes à preservação e/ou conservação da fauna, da flora e dos recursos hídricos essenciais à sustentabilidade das populações humanas no campo e nas cidades, pois esses espaços dependem direta ou indiretamente dos serviços ambientais que os ecossistemas naturais proporcionam ao bem estar de todos.

O presente artigo expõe e analisa o Projeto de Educação Ambiental “Saneamento e Cidadania” desenvolvido dentro do Parque Estadual do Utinga (PEUt) pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Inicialmente voltado para a conscientização da população que vive no entorno do Parque, atualmente este Projeto recebe pessoas de instituições e organizações diversificadas. “Depois de atender as escolas públicas, o projeto estendeu-se para escolas particulares, praças, hospitais, igrejas, grupos religiosos, centros comunitários, grupo de menores infratores entre outros” (Comunicação oral, pesquisa de campo, Belém, 2013).

Com base em informações bibliográficas, documentais e pesquisa de campo qualitativa (SEVERINO, 2007; CHIZZOTTI, 2011), fortemente marcada pelo viés etnográfico de recolhimento de dados primários, o texto ressalta conclusivamente as características preservacionista e acrítica do Projeto desenvolvido pela COSANPA no PEUt, o qual pretende realizar uma conscientização e sensibilização de maneira abstrata e comportamentalista. Essa perspectiva educacional ambiental vivenciada no Parque constitui-se em uma prática conservadora da EA, a qual será aprofundada mais à frente. O que segue são discussões teóricas e empíricas sobre o caso selecionado, a partir do material recolhido para análise.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Do ponto de vista metodológico o levantamento bibliográfico, documental (SEVERINO, 2007) e a pesquisa de campo etnográfica (POUPART, 2010, ANDRÉ, 1998; OLIVEIRA, 1996) forneceram os materiais necessário a produção textual. Neste sentido a primeira atividade desenvolvida relacionou-se ao aumento da capacidade de compreensão do marco regulatório legal e teórico sobre as Unidades de Conservação (UCs) e também sobre da Educação Ambiental (EA) brasileira e local. Neste sentido, foram relevantes o levantamento realizado em *websites* como Google e Yahoo, assim como em bibliotecas físicas na Universidade Federal do Pará que forneceram documentos e textos relevantes relacionados ao assunto.

Após esse levantamento de caráter teórico e documental, foram realizadas observações *in loco*, entrevistas com a coordenação do Projeto de Educação Ambiental Saneamento e Cidadania desenvolvido dentro do PEUt, bem como realizaram-se experiências e vivências junto à realidade pesquisada, com utilização de máquina fotográfica, gravador de voz e caderno de campo, instrumentos de pesquisa capazes de recolher evidências como: discursos, situações cotidianas e imagens suscetíveis de serem utilizadas como fonte primária de dados do real.

Ressalte-se ainda a importância da fotografia como estratégia de recolhimento de evidências do real percebido, a qual se constituiu em uma maneira importantíssima de informação não verbal e não textual (MAUAD, 2004). Precisamente, as imagens fotográficas que fizeram parte da estratégia de recolhimento das evidências produzidas foram imprescindíveis, não apenas no que tange à produção da figura em si, mas fundamentalmente

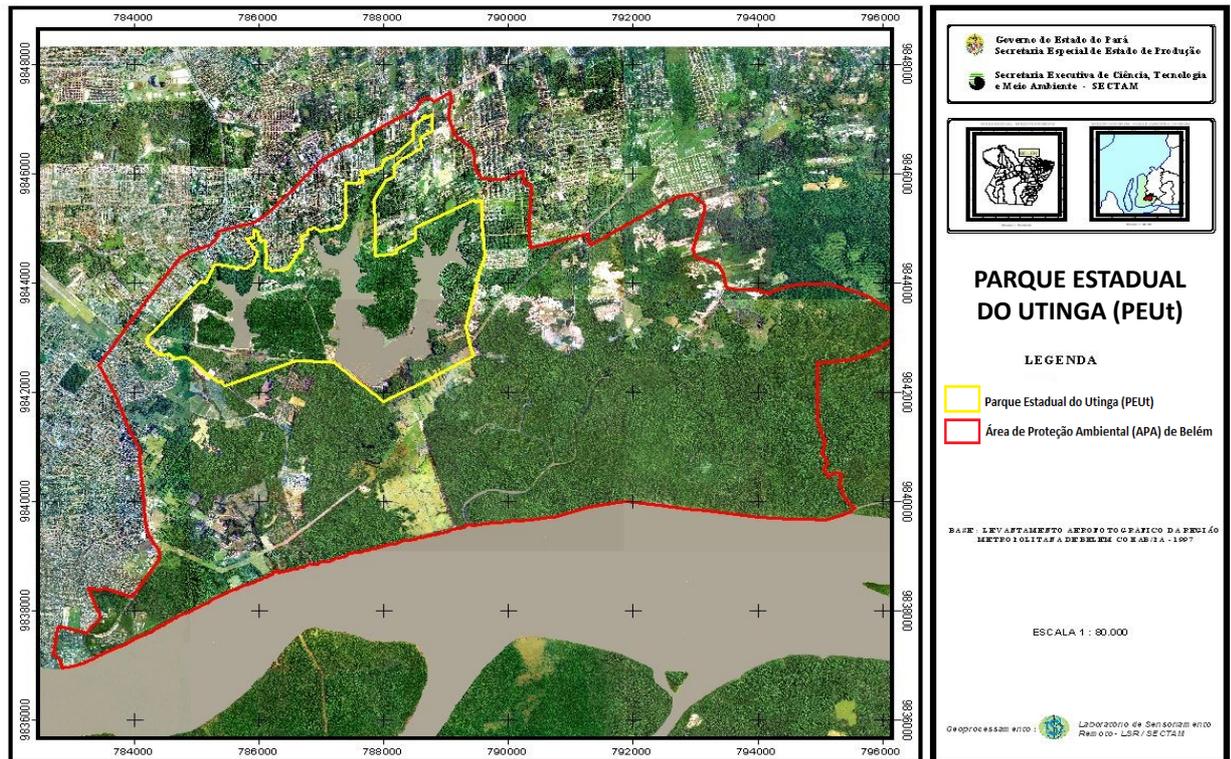
foram percebidas como textos expressos em luz e sobre, que ajudaram na busca pela plausibilidade da discussão científico-acadêmica, a partir do objetivo de pesquisa levantado.

## 2.1. Área de Estudo

O Parque Estadual do Utinga (PEUt) é uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral (BRASIL, 2000) e pode ser considerado como um patrimônio natural e paisagístico do Estado do Pará. Criado em 1993 com o objetivo de proteger os mananciais de água dos lagos Bolonha e Água Preta (PARÁ, 1993), os quais abastecem Belém e região circunvizinha, o PEUt localiza-se dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA Belém), em terras pertencentes ao municípios de Belém e Ananindeua.

Com uma área de 1.340 ha, o PEUt constitui-se como uma pequena fração territorial da Amazônia. Por estar localizada em uma área próxima da zona urbana, a Unidade tem sofrido com os processos peculiares ao crescimento populacional desordenado e reflete a ausência de uma política habitacional consistente e coerente com a realidade local. O Mapa 1, a seguir, apresenta Área de Proteção Ambiental de Belém (APA Belém) em vermelho e PEUt em amarelo. Nele é possível observar o avanço da ocupação humana em direção à área protegida.

Mapa 1: Área de Proteção Ambiental de Belém (APA Belém) em vermelho e Parque Estadual do Utinga (PEUt) em Amarelo.



Fonte: Setor de Geoprocessamento da SEMAS, 2010. Modificado por José Bittencourt da Silva, 2015.

### 3. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Desde os primeiros encontros no início da década de 1970, que colocaram na agenda mundial a chamada questão do meio ambiente (LEONARDI, 2002), até aos dias atuais a EA configurou-se como um tema relevante para as mais diferentes áreas do conhecimento. Resultante de uma percepção da realidade marcada pela racionalidade cientificista, tecnicista e cartesiana tradicional (SANTOS, 2003), a EA surge desconectada de uma compreensão mais ampla dos problemas, superestimando os processos naturais em detrimento dos processos sociais, políticos e econômicos.

Do ponto de vista das ideologias e utopias (MANNHEIM, 1982) próprias do campo científico a EA pode ser percebida atualmente como um tema disputado por agentes acadêmicos, ligados a diversas correntes epistemológicas, com múltiplas proposições teóricas e possibilidades de intervenção prática na sociedade. Para Bourdieu (1983) a compreensão do conceito de campo parte do pressuposto de que no atual estágio desenvolvimento do sistema capitalista, há espaços coletivos próprios e autônomos, os quais apresentam uma lógica interna específica ao seu funcionamento, dentro do qual os processos de concorrência e disputa por capitais simbólicos se dão de maneira peculiar aos princípios fundantes de cada campo.

Enquanto campo de disputa pode-se dizer que há correntes paradigmáticas em conflito que, direta ou indiretamente, concorrem entre si pela autoridade legítima de dizer e fazer sobre os processos educacionais ambientais no âmbito formal ou não formal. Para efeito deste artigo, partir-se-á das colocações didáticas de Leonardi (2002) que identifica a EA formal aquela que é desenvolvida no contexto das atividades da escola básica pública ou privada e a modalidade não formal desenvolvida em ambientes não escolares como, por exemplo, sindicatos, ONGs, secretarias de governo e outros.

Em meados da década de 1990, Sorrentino (1995) identificou em sua tese de doutoramento, pelo menos quatro correntes de EA (Conservacionista; ao Ar Livre; Gestão Ambiental e; Economia Ecológica). Sauvé (2005 *apud* LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 7) apresenta as Educações Ambientais associadas a outras denominações acadêmicas como “[...] Humanista, Conservacionista, Sistêmica, Problematizadora, Naturalista, Científica, Moral, Biorregionalista, da Sustentabilidade, Crítica, Etnográfica, Feminista, entre outras possibilidades nos contextos nacionais e internacionais”.

Mais recentemente Layrargues e Lima (2011) apontaram que há atualmente três macrotendências coexistindo e disputando a hegemonia dos conhecimentos e práticas no campo da EA no Brasil.

Na prática, isso significa que existem muitos caminhos possíveis de conceber e de realizar os meios e os fins da Educação Ambiental. Dependendo desse conjunto complexo de circunstâncias, alguns atores escolhem um determinado caminho, outros escolhem um caminho diferente: uns creem ser determinante o desenvolvimento da afetividade e sensibilidade na relação com a natureza, outros entendem que é fundamental conhecer os princípios e fundamentos ecológicos que organizam a Vida. Alguns têm forte expectativa no autoconhecimento individual e na capacidade de mudança do próprio comportamento em relação à natureza, outros estão seguros que é preciso articular o problema ambiental com suas dimensões sociais e políticas, entre outras possibilidades (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 6).

Para esses autores as macrotendências de EA são: a conservacionista, a pragmática e a crítica. A conservacionista busca implementar “[...] uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do ‘conhecer para amar, amar para preservar’, orientada pela conscientização ‘ecológica’ e tendo por base a ciência ecológica” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 5). A pragmática traz como mote principal de ação a mitigação dos chamados problemas ambientais a partir de métodos e técnicas que envolvem a reutilização de resíduos

sólidos e orgânicos, coleta seletiva e a reciclagem do lixo, racionalização do uso da água, etc. Na atualidade, afirmam os autores, essa tendência da EA focaliza suas discussões na ideia do consumo sustentável. “[...] a pauta educativa [pragmática] se afasta da dimensão puramente ecológico-conservacionista e se aproxima da esfera da produção e consumo, embora voltada exclusivamente aos recursos ambientais sem quaisquer considerações com a dimensão social” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 8).

Como contraponto a essas duas macrotendências da EA surge no início dos anos de 1990 a chamada EA crítica, a qual vem questionando o viés conservador e ideológico das correntes conservacionista e pragmática que não tocam nos aspectos estruturais da sociedade vigente, ficando apenas e tão somente apresentando propostas reformistas de cunho doutrinário, objetivando mudanças valorativas de costumes e hábitos

[...] que dificilmente podem ser concretizadas sem que também se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade [...]. Dessa forma, essa vertente que responde à ‘pauta marrom’ por ser essencialmente urbano-industrial, acaba convergindo com a noção do Consumo Sustentável, que também se relaciona com a economia de energia ou de água, o mercado de carbono, as eco tecnologias legitimadas por algum rótulo verde, a diminuição da ‘pegada ecológica’ e todas as expressões do conservadorismo dinâmico que operam mudanças superficiais, tecnológicas, demográficas, comportamentais (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 9).

A EA crítica vem se apresentando como uma possibilidade ou alternativa contra hegemônica no campo da EA brasileira. Ela aponta o caráter conservador e ideológico das vertentes conservacionista e pragmática, identifica os problemas ambientais como fenômenos derivados dos processos econômicos, políticos e sociais próprios do modo de produção capitalista e denuncia as contradições internas ao sistema que precisa ser apresentado, analisado, discutido, questionado e superado. Para tanto, os chamados problemas ambientais, não devem ser vistos a partir deles mesmos, mas inseridos nas relações sociais de produção no atual estágio de desenvolvimento capitalista.

Para Layrargues e Lima (2011) essa nova proposta de EA tem suas bases epistemológicas nas ideias freireanas da educação popular, em autores marxistas e neomarxistas, na ecologia política e na chamada teoria crítica, as quais trazem consigo a necessidade

[...] de incluir no debate ambiental a compreensão político-ideológica dos mecanismos da reprodução social, de que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações socioculturais e de classes historicamente construídas. Trazem então uma abordagem pedagógica que problematiza os contextos societários em sua interface com a natureza. Por essa perspectiva não era possível conceber os problemas ambientais dissociados dos conflitos sociais; afinal, a crise ambiental não expressava problemas da natureza, mas problemas que se manifestavam na natureza. As causas constituintes dos problemas ambientais tinham origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalentes (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 8).

O que se observa é que o viés conservacionista está historicamente ligado aos processos que deram início à construção do campo da EA (LAYRARGUES; LIMA, 2011; LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013), mas também muito próximo do chamado mito moderno da natureza intocada proposto por Diegues (1996) que, dentre outras coisas, se baseia em uma concepção ambiental de que há lugares com beleza cênica e paisagística que precisam ser protegidos da presença humana, essencialmente nefasta aos ecossistemas naturais, particularmente naqueles espaços ainda supostamente não antropizados. Diegues aponta que esta concepção é típica das classes médias urbanas europeias e norte-americanas, as quais olham para a natureza como uma realidade apartada da sociedade e que deve ser mantida intacta para ser contemplada e admirada em sua beleza selvagem.

Pode-se resumidamente colocar a macrotendência conservacionista como uma visão

biologizante da EA, distanciando-se dos processos histórico-sociais. Por outro lado, a EA pragmática constitui-se em uma sofisticação dessa visão conservadora comportamentalistas e individualistas, ligando-se aos aspectos relacionados às mudanças tecnológicas e econômicas e buscando conscientizar as pessoas para que tenham prática ecologicamente corretas. Por isso, proem que o consumidor vá ao mercado comprar produtos certificados, use energia limpa, reaproveite a água, tudo dentro da perspectiva do chamado consumo consciente. Esta macro-tendência tem o apelo da chamada indústria cultural (televisão, rádio, revistas, jornais escritos, camisetas, outdoors etc.) e se configura como um paradigma hegemônico na atualidade.

Para Adorno e Horkheimer (1985) a arte na sociedade capitalista tornou-se uma mercadoria como outra qualquer. Impulsionada pela racionalidade pragmática própria da lógica do mercado, a chamada indústria cultural lança sobre as massas uma “enxurrada” de informações ideológicas (mantenedoras do *status quo* capitalista), as quais corroem sua capacidade crítica, formatando certa percepção alienada e alienante dos trabalhadores, fomentando o individualismo e facilitando os processo de dominação, principalmente de classe.

Precisamente, a EA crítica pode ser caracterizada como um paradigma emergente e contra hegemônico, que busca discutir as chamadas “questões ambientais” como um fenômeno derivado de processos que se desdobram historicamente e que têm no sistema social, econômico, cultural e político capitalista suas bases explicativas. Portanto, o problema não reside no uso humano da natureza, afinal isso é inexorável. Contudo, o que precisa ser discutido e superado é a velocidade e intensificação das transformações atuais da natureza, a que sofre alterações advindas do modo de produção capitalista. Como afirma Foladori (2001, p. 108) “[...] uma vez surgidas as sociedades de classes, a dominação e a exploração de uma classe sobre outras se traduzem simultaneamente, num comportamento de exploração e dominação da natureza”. A seguir apresenta-se um quadro-síntese das três macro-tendências da EA.

Quadro 1: As três macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental

TENDÊNCIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: VISÕES SOCIAIS DE MUNDO		
Educação Ambiental Conservacionista	Educação Ambiental Pragmática	Educação Ambiental Crítica/Emancipatória
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Macro-tendência histórica que inaugura os debates acerca da EA;</li> <li>■ <b>Temas principais:</b> biodiversidade, ecoturismo, unidades de conservação, preservação de biomas específicos etc.</li> <li>■ <b>Princípios educativos:</b> os problemas ambientais são passíveis de serem corrigidos pela difusão de informações sobre o meio ambiente, pela utilização dos produtos do desenvolvimento científico e tecnológico e pela conscientização e sensibilização das pessoas;</li> <li>■ <b>Posição acadêmico-científica:</b> Predomínio das ciências naturais em detrimento das ciências humanas e sociais, com maior ênfase ao campo ambiental e menor importância ao educacional;</li> <li>■ <b>Ação educativa:</b> conscientização ecológica a partir de práticas educativas comportamentalistas que promovam o contato com a natureza de maneira afetiva a partir do lema: conhecer para amar, amar para preservar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Macro-tendência hegemônica da EA na atualidade;</li> <li>■ <b>Temas principais:</b> a questão do lixo, coleta seletiva, reuso e reciclagem, consumo sustentável, mercado verde, uso de energia limpa, uso da água etc;</li> <li>■ <b>Princípios educativos:</b> o ser humano é visto como um ente genérico e abstrato, causador e vítima da crise ambiental que pode ser resolvida pelo autoconhecimento individual e capacidade de mudança do próprio comportamento em relação à natureza. Daí a necessidade de uma EA com conteúdo, instrumentos e normas que viabilizem o repasse de conhecimentos para as pessoas desde a mais tenra idade;</li> <li>■ <b>Posição acadêmico-científica:</b> crença na neutralidade da ciência e da tecnologia para a implementação de um desenvolvimento sustentável, ou seja, crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e regulação a partir do mercado.</li> <li>■ <b>Ação educativa:</b> EA com ações individuais e comportamentais no âmbito público, privado/doméstico, com informações e uso das inovações tecnológicas como alternativa aos problemas ambientais baseado na lógica do “cada um fazer a sua parte”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Macro-tendência da EA contra hegemônica;</li> <li>■ <b>Temas principais:</b> cidadania, democracia, participação, emancipação, conflito, justiça ambiental, mudança social, ideologia e alienação etc;</li> <li>■ <b>Princípios educativos:</b> a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestam na natureza a partir do modo de produção e consumo capitalista. Por isso a necessidade de articulação do “problema ambiental” com as dimensões sociais, políticas e econômicas, assim como criticando a percepção de um indivíduo genérico, abstrato e deslocado de sua condição sócio-histórica. A partir dessa crítica, a EA deve promover o questionamento da sociedade capitalista atual em sua totalidade, com emancipação das pessoas em seus processos coletivos na busca pela transformação da sociedade;</li> <li>■ <b>Posição acadêmico-científica:</b> a ciência e a tecnologia são produtos do processo social, o qual está condicionado pelas intencionalidades que o compõem, principalmente aquelas relacionadas às classes sociais estruturais ao modo de produção capitalista;</li> <li>■ <b>Ação educativa:</b> abordagem pedagógica que problematize sociologicamente as interfaces entre sociedade e natureza, incorporando ao debate as posições de classe e as diferentes responsabilidades dos atores sociais enredados na crise. Os procedimentos educacionais ambientais devem vincular as práticas dos sujeitos educacionais às lutas democráticas e</li> </ul>

		aos ideais de emancipação humana.
--	--	-----------------------------------

Fonte: Construído pelo autor a partir de Layrargues e Lima (2011).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto de EA Saneamento e Cidadania é desenvolvido pela COSANPA dentro de suas instalações prediais localizadas no PEUt. Conforme informações da técnica que coordena as atividades, o projeto existe há pelo menos 7 anos e

[...] surgiu da necessidade de conscientizar a população que vive no entorno do PEUt, de que esta é uma área especialmente protegida, pois além de abrigar espécies da flora e da fauna amazônica também tem como função primordial proteger os lagos que abastecem com água potável a cidade de Belém. Com o projeto em andamento, algumas escolas começaram a procurar a COSANPA para receberem as orientações de como é feita a captação da água do Rio Guamá até chegar às residências, além de receberem lições de como evitar o desperdício e a contaminação da água, através de peças teatrais e cartilhas explicativas. Depois de atender as escolas públicas, o projeto estendeu-se para escolas particulares, praças, hospitais, igrejas, grupos religiosos, centros comunitários, grupo de menores infratores entre outros (Técnica Social L. G. M, comunicação oral, Belém, 2013).

Inicialmente, afirmou a coordenadora do projeto, a COSANPA procurava a comunidade. Mas, atualmente é a comunidade que tem procurado para obter informações no que diz respeito ao tratamento da água.

##### O Projeto Saneamento e Cidadania objetiva

[...] estabelecer uma relação positiva e integrada entre a empresa [COSANPA] e comunidade, a fim de despertar e contribuir para o desenvolvimento da consciência dos visitantes quanto ao uso racional da água, com ênfase na necessidade de evitar desperdícios e na preservação dos mananciais, pois a qualidade da água que abastece a população não depende exclusivamente da empresa, mas da cooperação de cada cidadão [...].

Implementar ações sócio educativas ambientais, utilizando o espaço físico e geográfico da Estação de Tratamento de Água- ETA Bolonha e Água Preta, com ações educativas atendendo a comunidade escolar pública e privada, além do público geral da região metropolitana, visando o envolvimento, conscientização e valorização quanto ao uso racional da água e a preservação dos recursos hídricos (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2012, p. 2).

As atividades do Projeto são muito simples. Inicialmente os visitantes são levados para um pequeno auditório, onde lhes é mostrado um documentário de aproximadamente 15 minutos. O vídeo é autoexplicativo e informa aspectos relacionados à distribuição da água no planeta e o seu uso pelos seres humanos, animais e vegetais. Mostra também o processo de captar, tratamento e distribuição da água potável feita pela estação de tratamento para a população consumidora. Ao término da projeção do vídeo é dada a palavra para um engenheiro da COSANPA, geralmente um químico de controle de qualidade da água. Este faz uma explanação acerca do processo de potabilidade da água, a maneira como é feita a distribuição, ficando a explanação voltada especificamente para a sua área de atuação, no caso a Química.

Posteriormente a esse momento, os visitantes são levados (em geral por uma estagiária) até o local onde ficam os tanques de tratamento de água, dando informações acerca das várias etapas do processo de potabilidade da água até ser destinada às residências. Após as rápidas explicações do processo de potabilidade da água a visita se encerra e as pessoas são convidadas a se retirarem do local. A seguir nas Figuras 1, 2, 3 e 4 tem-se algumas ilustrações

que denotam o processo de comunicação do projeto e tratamento da água.



Figuras 1, 2, 3 e 4: Auditório da COSAMPA e os tanques de tratamento da água. Foto: José Bittencourt da Silva, 2014.

Conforme as observações e relatos orais dos agentes governamentais envolvidos com o Projeto Saneamento e Cidadania, pode-se depreender uma gama considerável de possibilidades analíticas. De início vale ressaltar que todos os sujeitos da pesquisa reconheceram a importância da EA para a qualificação da visão das pessoas quanto aos problemas ambientais da atualidade. E mais, reconheceram a importância das UC paraenses nesse processo, em particular quanto ao papel do PEUt como um espaço preservado e pertencente à coletividade. Todavia, na prática tem-se uma realidade educacional ambiental problemática e que merece uma abordagem crítica acerca do que foi percebido.

Leff (2011) afirmou que o meio ambiente precisa ser compreendido como uma rede complexa de fenômenos naturais, sociais, econômicos, culturais e ecológicos. Para tanto, faz-se necessária uma metodologia capaz de mediar a busca de um saber que problematize o real percebido, ou seja, que contribua com a construção um campo de conhecimento teórico e prático orientado para rearticulações críticas entre sociedade-natureza. Isso não se observa atualmente no PEUt, em que pese seu potencial educativo.

Ao analisar as atividades educativas ambientais do Projeto Saneamento e Cidadania, bem como seus documentos e cartilhas explicativas, observa-se certa ausência de solidez de conteúdo, com insuficientes informações capazes de gerar o debate problematizador, reflexivo e criativo sobre as causas dos “problemas ambientais”, os quais necessitam de reflexões mais abrangentes, que levem em consideração as múltiplas esferas da vida humana, as quais fazem parte de estruturas próprias do sistema capitalista e que geram o estado de coisas vigentes (LOUREIRO, 2014).

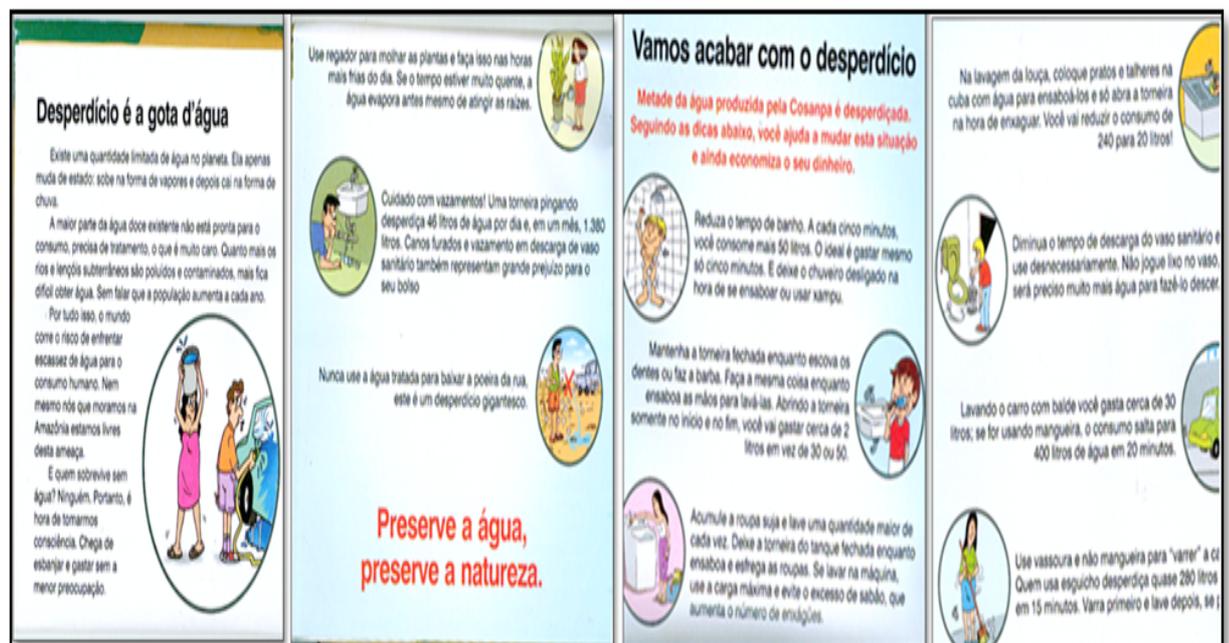
De fato, não se observou nenhuma crítica à indústria poluidora do ar e dos rios, ao agronegócio que desmata, utiliza agrotóxico, polui lençóis freáticos e extermina ecossistemas inteiros com perdas indelévels de biodiversidade. No tocante às políticas públicas não se ouviu uma só palavra quanto ao papel do Estado, em particular do Estado Paraense que, aliás, até o presente momento não possui uma lei que institucionalize uma política de EA para esta unidade federativa, o que fragiliza os movimentos sociais quanto às reivindicações neste campo educacional. Conforme informações recolhidas junto a Diretoria de Unidades de Conservação da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), ainda não se conseguiu aprovar um marco legal que garanta a construção de uma Política Estadual de Educação Ambiental para o estado paraense.

Em que pese os esforços individuais de pessoas bem intencionadas, voluntárias e com amor pela causa ambiental, as práticas educativas ambientais do Projeto Saneamento e Cidadania estão colocadas dentro da macrotendência conservacionista da EA (LAYRARGUES; LIMA, 2011; LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). O Projeto objetiva conscientizar pessoas a partir da transmissão de informações sobre o meio ambiente (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2012), mostrando situações da vida cotidiana doméstica na busca pela sensibilização individual, levando à frente o lema clássico da tradicional forma de se fazer EA: “conhecer para amar, amar para preservar” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 5).

Com base em Loureiro (2008; 1999) pode-se dizer que este projeto apresenta uma visão

metafísica do ser humano, que coloca as pessoas sozinhas no mundo, como se não fizessem parte dos processos sociais, econômicos e culturais próprios do capitalismo. Por outro lado, apresenta-se uma sociedade também metafísica, sem uma abordagem das estruturas de uma coletividade classista e os interesses diferenciados que permeiam essa sociedade. Na verdade, nem de longe se observa uma exposição acerca das externalidades provocadas por um processo produtivo baseado em uma lógica racional de acúmulo de riquezas, que se materializa duplamente na exploração de classe e na dominação da natureza (FOLADORI, 2001).

Como se observa nas Figuras 5, 6, 7 e 8 no contexto do Projeto da COSANPA tem-se a apresentação de uma cartilha explicativa (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2012), abordando a maneira como a água é capitada, tratada e distribuída para a Região Metropolitana de Belém, estado do Pará, bem como expõe a forma correta de utilização dessa água tratada, com a clara intenção de mostrar que o desperdício doméstico de água precisa ser combatido por cada um de nós, conforme ilustração a seguir.



Figuras 5, 6, 7 e 8: Imagens da cartilha do projeto saneamento e cidadania. Observa-se um apelo às práticas de racionalização do uso da água nos espaços domésticos (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2012).

Observa-se nesta cartilha da COSANPA que seu objetivo é conscientizar as pessoas das boas práticas humanas de utilização da água, ou seja, expõe qual seria o papel dos cidadãos para a preservação e garantia de água potável para todos, demonstrando como a água deveria ser utilizada de maneira racional e parcimoniosa quando formos fazer nossa higiene pessoal ou lavar nossos objetos particulares. Porém não apresenta o que ocasiona a escassez ou o encarecimento do processo de tratamento e distribuição de água potável, como por exemplo, a ausência de políticas públicas voltadas ao saneamento, tratamento dos esgotos sanitários e águas pluviais ou mesmos o envenenamento das águas de superfície e subsolo pelo agronegócio.

À revelia de uma postura mais crítica da EA (LAYRARGUES; LIMA, 2011; LOUREIRO, 2007, 2008, 1999) e muito mais próxima de uma EA conservadora, as práticas de EA dos agentes governamentais no contexto do Projeto em análise direcionam a visão das pessoas para uma abordagem os problemas ambientais de maneira reducionista e ao nível das aparências. Em geral, dois aspectos são enfatizados: ou a questão ambiental é percebida como um problema de descumprimento das normas legais, ou como ausência de sensibilização de

cada pessoa em relação flora, fauna, recursos naturais.

As atividades do Projeto Saneamento e Cidadania (palestras, vídeos, visitas às instalações da COSANPA, utilização de cartilhas etc.) são práticas pouco analíticas e extremamente ideológicas, na medida em que são negligenciados (às vezes de modo intencional) aspectos imprescindíveis para a compreensão dos “problemas ambientais”, particularmente quanto ao uso da água. A rigor, não se observa uma fala contundente sobre os processos produtivos fabris e agro-econômicos capitalistas enquanto produtores de desigualdades sociais e de externalidades ambientais. Por outro lado, há um “emudecimento” acerca da ausência de políticas públicas voltadas às melhorias urbanas, tais como: política habitacional, tratamento de gosto sanitário e das águas das chuvas, educação de qualidade etc.

O problema da pobreza não é sequer tocado pelos agentes governamentais envolvidos com o Projeto EA da COSANPA. Como mostra Pedrini (2002, p.73)

Educação Ambiental é um processo para propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permita adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

Na contramão desse debate, o Projeto focaliza seus esforços “conscientizantes e sensibilizantes” na conduta ética (abstrata) das pessoas em relação ao meio ambiente, este de fato tido como uma realidade apartada dos processos conflitantes e contraditórios próprios da sociedade capitalista.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se observou foi que tanto em escala nacional quanto local já existe um o marco regulatório considerável capaz de oferecer sustentação legal para a implementação de políticas voltadas a efetiva implementação das unidades de conservação, principalmente no que concerne a efetivação da Educação Ambiental nestes espaços (BRASIL, 2000; GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2012; PARÁ, 1993; 1995 etc.). Do ponto de vista teórico, pode-se dizer que a Educação Ambiental no Brasil constitui-se em um campo conflitivo ou de disputa pela legitimidade prática e teórica na busca pela resolução das chamadas “questões ambientais” (LAYRARGUES; LIMA, 2011; LEFF, 2011; LOUREIRO, 1999; 2007; 2008 etc.).

Do ponto de vista local, a importância do PEUt para a população belenense e região circunvizinha é inquestionável, quer seja em relação ao paisagismo e a contemplação da natureza, quer seja do ponto de vista dos serviços ambientais que ele oferece. O Parque é um espaço para caminhadas, turismo de trilhas, visitas escolares etc. Por outro lado, ele abrigada em seu interior os lagos Bolonha e Água Preta, mananciais que servem de reservatórios para depósito, captação e tratamento da água que é distribuída e consumida por grande parte da população moradora da região metropolitana de Belém.

Pelo que se depreende das observações, vivências e entrevistas em campo, a EA desenvolvida nesta Unidade de Conservação é pouco eficaz e ideologicamente ligada à chamada EA Conservacionista, calcada nas ciências naturais, na conscientização individualista e abstrata das pessoas e na ideia do conhecer para proteger. No contexto do projeto Saneamento e Cidadania da COSANPA, observou-se que suas atividades ficam ao nível da simples visitação, com informações (e curiosidades) de aspectos físico-químicos da água, mas com pouquíssimas referências aos aspectos sociais e políticos que engendram os debates sobre a crítica reflexiva acerca dos chamados “problemas ambientais”.

Para além dessas limitações teórico-ideológicas e práticas, observou-se que o Projeto Saneamento e Cidadania funciona pela “boa vontade” de algumas pessoas “preocupadas” com o problema da água em Belém. Isso denota o descaso governamental com esta esfera formativa da

vida coletiva de Belém e do Pará, ainda que seja um tipo de EA legitimadora do *status quo* vigente capitalista periférico amazônico.

Enfim, essa realidade do Projeto Saneamento e Cidadania reflete o desprestígio e a ausência de uma política governamental voltada para a construção de práticas educativas ambientais de maneira coordenada e coerente com as necessidades dos cidadãos paraenses. O projeto em tela também reflete a hegemonia das macro-tendência conservadoras da EA (mormente conservacionista) em detrimento da chamada EA Crítica, que analisa os atuais “problemas ambientais” enquanto fenômenos derivados dos processos econômicos, políticos e sociais próprios do modo de produção capitalista.

## 6 REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: \_\_\_\_\_. **Dialética do esclarecimento** (Tradução de Guido Antônio de Almeida). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p.113-156.

ANDRÉ, M. E. **Etnografia da prática escolar**. 2ª ed. Campinas: SP: Papyrus, 1998.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: Ortiz, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BRASIL. **Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

DIEGUES, A. C. S. **Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: UCITEC/NUPAUB-SEC/USP, 1996.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: ABDR, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Projeto Saneamento e Cidadania: o caminho da água**. Belém: COSANPA, 2012 (Cartilha).

LEONARDI, M. L. A. A **Educação Ambiental** como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

LAYRARGUES, P. P; LIMA, G. F. C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. In: VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Ribeirão Preto: **Anais**, 2011. p. 1-15.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. (Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth). 8 Ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

LOUREIRO, C. F. B. A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: uma abordagem dialética e emancipatória. *In*: TOZONI-REIS, M. F. C. (Org.). **A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental**: reflexões teóricas. São Paulo: Annablume Editora, 2007, p. 13-56.

\_\_\_\_\_. **Proposta Pedagógica** – Educação Ambiental no Brasil. *In*: Educação Ambiental no Brasil. Salto para o futuro. TV Escola, ISSN 1982-0283. Secretaria de Educação à Distância. Ministério da Educação. Governo Federal, nº: XVIII; boletim 01 – Março, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. *In*: REIGOTA, M. (org.). **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOUREIRO, C. F. B. Materialismo histórico-dialético e a pesquisa em Educação Ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 9, n. 1, p. 53-68, 2014

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, abr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462013000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 07 ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462013000100004>.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

PEDRINI, A. G. **Educação ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas: 5 ed., Petrópolis: Vozes 2002.

OLIVEIRA, R. C. de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. *In*: **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-35, 1996.

PARÁ. Decreto nº. 1.552, de 03 de maio de 1993. Dispõe sobre a Criação do Parque Ambiental de Belém e dá outras providências. Belém-Pará: **Diário Oficial do Estado**, 03 maio 1993.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5887, de 9 de maio de 1995. Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**. Belém, PA, 9 maio 1995.

POUPART, J. (*at. al.*). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2ª Ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010, p. 215-253 (Coleção Sociologia).

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortex, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed., São Paulo: Cortez, 2007.

SORENTINO, M. **Educação ambiental e universidade: um estudo de caso**. 1995. 335f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, 1995.